

2º Lugar - 19ª edição do Prêmio Contador Geraldo de La Rocque 2018

As Normas Internacionais de Contabilidade e suas Principais Consequências no Brasil: uma Análise da Percepção dos Profissionais de Contabilidade

The International Financial Reporting Standards and their Main Consequences in Brazil: an Analysis an Analysis of Accounting Professionals' Perception

Artigo recebido em: 15/08/18 e aceito em: 26/09/2018

Renata Sol Leite Ferreira da Costa

Rio de Janeiro – RJ

Doutoranda em Ciências Contábeis pela UFRJ¹

renatasolcosta@hotmail.com

Ana Carolina Pimentel Duarte da Fonseca

Rio de Janeiro – RJ

Doutora em Administração (COPPEAD/UFRJ).

Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

anafonseca@facc.ufrj.br

Resumo

As normas internacionais de contabilidade estão em vigor no Brasil desde 2010 e pouco se sabe sobre os reais impactos percebidos pelos profissionais de contabilidade brasileiros. Este estudo tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre as consequências vivenciadas por tais profissionais em atuação no Brasil. Foram analisados, quantitativamente e qualitativamente, 1.699 questionários de profissionais de contabilidade de todo o território nacional e os resultados encontrados apontaram para diferenças práticas distintas percebidas pelos profissionais em decorrência da adoção das IFRS completas ou das IFRS para PMEs. Não foram encontradas divergências significativas entre as regiões geográficas brasileiras. Algumas regiões, no entanto, captaram de forma mais positiva a convergência às normas internacionais que outras.

Palavras-chave: Normas internacionais de contabilidade. Convergência contábil. Consequências das IFRS.

Abstract

International accounting standards have been in use in Brazil since 2010 and not much is known about the real impacts perceived by brazilian accounting professionals. This study aims to broaden the knowledge about the consequences perceived by such professionals in Brazil. A total of 1,699 questionnaires of accounting professionals from all brazilian territory were analyzed, quantitatively and qualitatively, and the results found demonstrate practical differences perceived by professionals as a result of the adoption of full IFRS or IFRS for SMEs. No significant divergences were found between the geographical regions Brazilians. Some regions, however, have more positively perceived convergence to the international standards than others.

Keywords: *International Accounting Standards. Accounting*

¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - CEP 21941-901-Rio de Janeiro - RJ

convergence. IFRS consequences.

1 Introdução

As normas internacionais de contabilidade, ou International Financial Reporting Standards (IFRS), entraram em vigor no Brasil em 2010, e surgiram de uma necessidade de aumentar o nível de confiança das informações divulgadas pelas empresas, permitindo que todos os usuários de suas demonstrações contábeis tivessem informações mais precisas, diminuindo seus riscos e incertezas, e, conseqüentemente, reduzindo o custo de capital das empresas.

As IFRS foram elaboradas com o objetivo de haver um padrão único de contabilidade mundial, assegurando um alto nível de transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, um aprimoramento do mercado de capitais, protegendo os investidores e auxiliando na manutenção da confiabilidade desse mercado.

São inúmeras as vantagens defendidas pelos estudos em se adotar as IFRS: as normas internacionais são de fácil compreensão e mais rígidas, o que tornaria as informações financeiras mais confiáveis para os investidores, possibilitando a comparação de informações de empresas de diversos países (BALL, 2006; MUKORO; OJEKA, 2011); elas auxiliam no aprimoramento dos mercados de capitais e na promoção dos investimentos em outros países (TARCA, 2012); aumentam o nível dos indicadores de transparência e de divulgação (AKSU; ESPAHBODI, 2016; CAMPAGNONI; ROVER; VICENTE, 2016; BORKER, 2012); trazem uma melhor qualidade da contabilidade, com menor possibilidade de manipulação dos dados financeiros (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; VIEIRA, 2010); aprimoram a qualidade de governança corporativa das empresas (CAMPAGNONI; ROVER; VICENTE, 2016); melhoram o fluxo de informações, o que acaba se refletido nos preços das ações (KIM; SHI, 2012); e é uma das responsáveis pela redução do custo de captação (DASKE et al, 2013; LI, 2010; CPC, 2016).

No entanto, há pesquisas que demonstram desvantagens na adoção das normas IFRS completas. Dentre os aspectos negativos, há a inclusão de conceitos com dificuldades inerentes ao mercado de capitais de cada jurisdição, tais como a mensuração pelo valor justo em países com mercados de capitais menos desenvolvidos (BALL, 2006), o aumento significativo na complexidade do trabalho e no tempo dispendido pelos contadores (KASB, 2016), e a queda da qualidade das divulgações contábeis (CAMERAN, CAMPA; PETTINICCHIO, 2014; LIN; RICCARDI; WANG, 2012; AHMED; NEEL; WANG, 2013).

É importante entender como as IFRS, normas que foram de-

batidas e elaboradas em outras culturas, vêm sendo implantadas nas empresas brasileiras, e de que forma suas consequências são percebidas nas diferentes regiões brasileiras, do ponto de vista daqueles que preparam essas informações, ou seja, dos profissionais de contabilidade.

O objetivo deste estudo é analisar as consequências práticas decorrentes da convergência às normas internacionais de contabilidade de acordo com a percepção dos profissionais brasileiros. Os resultados indicam que não há divergências significativas nas consequências percebidas em relação às regiões geográficas brasileiras, mas sim, em relação ao porte das empresas: as consequências percebidas na prática pelos profissionais são distintas quando as empresas adotam as IFRS completas ou quando adotam as IFRS para PMEs.

Este estudo está estruturado da seguinte forma: (1) introdução; seguida pela (2) revisão da literatura; (3) a metodologia; (4) resultados; (5) conclusões, finalizando com as referências.

2 Revisão da Literatura

2.1 As Normas Internacionais de Contabilidade

Desde 2001, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emite normas internacionais de contabilidade por meio de um processo de consultas públicas com partes interessadas de todo o mundo. Em 19 de julho de 2002, a Comissão Europeia ou *European Commission* (EC) emitiu o Regulamento nº 1606, que tornou as IFRS mandatárias para as demonstrações contábeis consolidadas das empresas que negociam títulos mobiliários em um mercado regulamentado em qualquer dos países membros da União Europeia, a partir de 1º de janeiro de 2005.

Os órgãos reguladores europeus esperavam que um padrão único contábil internacional aumentasse a comparabilidade e a transparência das demonstrações financeiras, por meio de um conjunto de normas com elevada qualidade, capazes de representar de forma verdadeira e justa (*true and fair view*) a posição patrimonial e financeira da entidade, o que beneficiaria os investidores e o mercado de capitais, aprimorando seu funcionamento e sua eficiência. Tal conjunto de padrões seria primeiramente implantado na Europa, mas seu objetivo final seria expandi-lo para todo o mundo, alcançando-se assim um único padrão contábil mundial. Em abril de 2018, 144 países ao redor do mundo já adotavam as IFRS completas, e 13 permitiam ou requeriam tais normas para alguns tipos de sociedades (IASB, 2018).

De acordo com o IASB (2009), existem diversas vantagens que justificam a adoção das normas internacionais, tais como: (i) o aumento da comparabilidade das informações financeiras, auxiliando as confrontações feitas por investidores, financiadores e outros interessados; (ii) a possibilidade de reduzir incertezas relacionadas à alocação e precificação do capital, beneficiando não apenas os provedores de capital, sejam eles acionistas, sócios ou terceiros, reduzindo incertezas quanto ao seu custo; (iii) maior facilidade na educação e no treinamento para os funcionários; e (iv) a melhora significativa da qualidade da auditoria.

No entanto, conforme destacam Albu *et al* (2013), a aplicação das IFRS não traz consequências semelhantes para todos os países, e os benefícios esperados devem ser analisados de forma diferenciada em decorrência do nível de desenvolvimento de cada nação: para os de economias mais desenvolvidas, espe-

ra-se um menor custo de capital e um aumento da eficiência do mercado, enquanto aqueles com economias emergentes tendem a esperar aumento da transparência, mais oportunidades econômicas e melhora da competitividade.

São diversos os estudos que buscaram analisar os efeitos da adoção das normas internacionais, e que apuraram resultados positivos, neutros (ou mistos) e negativos. Lourenço e Branco (2015) analisaram um conjunto de artigos publicados nos principais periódicos de contabilidade entre 2000 e 2013 sobre os efeitos da adoção das IFRS e verificaram que 63% desses estudos apresentam evidências empíricas de que tais efeitos são positivos, 21% apresentam resultados de que os efeitos são mistos e apenas 16% concluíram que os efeitos são negativos. Apesar do elevado índice de efeitos positivos, estes dependem do nível dos procedimentos de aplicação apropriada das normas e dos princípios contábeis (*enforcement*) do país e das especificidades de cada empresa. Além disso, os resultados são geralmente de pesquisas realizadas com empresas abertas, pouco se sabendo sobre as empresas de menor porte.

Ball (2006) fez uma análise sobre as vantagens e desvantagens da aplicação das normas internacionais de contabilidade. Dentre as vantagens diretas da adoção das IFRS, destaca-se o fato de que as normas internacionais são de fácil compreensão e mais rígidas do que os padrões contábeis de cada jurisdição individualmente, o que as torna capazes de gerar informações de mais fácil análise e melhor qualidade, por refletirem mais a substância econômica do que a forma legal das transações. Tal fato possibilita a comparação das companhias entre os países, elimina custos e contribui para a eficiência dos mercados, refletindo os resultados econômicos de forma mais tempestiva ou oportuna. Ashbaugh e Pincus (2001) demonstraram em sua pesquisa que a precisão da previsão dos analistas de mercado melhora depois da adoção das normas internacionais pelas empresas, ou seja: tais normas estão positivamente associadas à redução dos erros das previsões desses analistas, gerando, portanto, informações de melhor qualidade. Essa qualidade fez com que o mercado reagisse positivamente à adoção das IFRS, tendo os investidores europeus percebido benefícios associados às normas internacionais (ARMSTRONG *et al*, 2008).

Quanto aos aspectos negativos da adoção das IFRS, Ball (2006) destaca a dificuldade da mensuração pelo valor justo, em especial para os países com mercados de capitais menos desenvolvidos (visto que esse tipo de mensuração leva em consideração dados de mercado observáveis e não observáveis) e que a qualidade da informação contábil disponibilizada será inevitavelmente diferente entre os países, o que potencialmente reduzirá a uniformidade entre eles. Além disso, Duarte, Saur-Amaral e Azevedo (2015) concluíram em seu estudo que a simples adoção das normas internacionais não leva necessariamente ao aumento da qualidade da informação contábil.

Há também estudos que buscam compreender as particularidades do processo de convergência às IFRS em determinados grupos de países, tal como o de Albu e Albu (2012), que se debruçaram sobre as economias emergentes. De acordo com seus resultados, além da grande importância das leis tributárias nestes países, há um nível bem reduzido de treinamento e profissionalização do contador e do ambiente corporativo como um todo, impondo dificuldades à aplicação das normas contábeis antigas, taxativas e normativas, o que se tornou ainda mais com-

plexo com o advento das normas internacionais, que utilizam o julgamento profissional e a primazia da essência sobre a forma. Os principais custos incorridos pelas empresas que adotaram as IFRS, segundo o que foi apurado em sua pesquisa, estão relacionados ao treinamento dos contadores, à adequação dos sistemas da empresa e à contratação de consultorias especializadas.

No entanto, alguns estudos encontraram uma relação negativa entre a adoção das normas internacionais e a qualidade das divulgações contábeis (CAMERAN, CAMPA; PETTINICCHIO, 2014; LIN; RICCARDI; WANG, 2012; AHMED; NEEL; WANG, 2013). Alguns estudos não encontraram relação entre as IFRS e a qualidade da informação: Rotberg (2016) não encontrou relação entre a adoção das normas internacionais e a qualidade das demonstrações contábeis em um estudo que analisou 94 países, enquanto Boscov (2013) não encontrou relação das normas internacionais com o custo de capital, tendo este permanecido inalterado nas empresas analisadas.

Da mesma forma que as pesquisas internacionais, os estudos que buscaram analisar os efeitos da adoção das normas internacionais no Brasil encontraram resultados diversos (SILVA, 2013; SILVA; NARDI, 2014; VIEIRA, 2010; MACEDO *et al.*, 2013; LIMA, 2010; SOUSA; SOUSA; DEMONIER, 2016). Silva (2013) e Silva e Nardi (2014) verificaram que a adoção das normas internacionais completas reduziu o custo de capital, demonstrando, empiricamente, que tal fato ocorreu devido à melhora da qualidade das informações contábeis com a adoção das IFRS para as empresas de capital aberto. A melhora da qualidade da informação contábil após a adoção das IFRS pelas empresas de capital aberto brasileiras também foi evidenciada por Vieira (2010).

2.2. As normas internacionais de contabilidade para PMEs

Visando atender aos diferentes tipos de empresas e às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis, o IASB elaborou duas categorias de normas internacionais de contabilidade: as IFRS completas (full IFRS), discutidas no item anterior, e as IFRS específicas para PMEs (IFRS for SMEs), estas últimas emitidas em 9 de julho de 2009, após cinco anos sendo desenvolvidas, período no qual o IASB realizou consultas extensivas a PMEs de todo o mundo.

De acordo com o IASB (2009), as IFRS para PMEs eram muito importantes devido à representatividade dessas empresas na economia mundial (cerca de 95%, segundo o próprio IASB), e também porque que as IFRS completas visam satisfazer as necessidades dos investidores de empresas com ações negociadas em mercados de capitais, conforme já mencionado, e que trazem consigo uma quantidade considerável de orientações, guias de implantação e divulgações apropriadas para tais empresas. Os usuários das demonstrações financeiras de PMEs não têm essas mesmas necessidades, estando mais preocupados com a avaliação de fluxos de caixa de curto prazo, liquidez e solvência dessas empresas. Além disso, de acordo com uma pesquisa elaborada pela EC (EUROPEAN COMMISSION, 2010), muitas PMEs afirmaram que a adoção das IFRS completas seria um processo muito complexo, além de haver uma tendência nas respostas a reconhecer que as empresas de diferentes portes possuem características e necessidades distintas, e que, desta forma, não seria adequado um único padrão para todas as empresas (CARMO; RIBEIRO; CARVALHO, 2011). Assim, o IASB

justifica a elaboração de uma norma específica para tais empresas como uma forma de atingir dois objetivos: atender às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis de PMEs e, por outro lado, buscar um equilíbrio entre os custos e benefícios sob a perspectiva do elaborador destas informações.

De acordo com o IASB (2018), em janeiro de 2018, 86 países ao redor do mundo já adotavam as IFRS para PMEs - sendo que sete destes países fizeram modificações na norma antes de sua adoção, e outros 11 avaliavam a adoção ou não da norma. A convergência do Brasil às normas internacionais para PMEs teve como marco inicial a aprovação do CPC PME, em 4 de dezembro de 2009, que foi aprovado pelo CFC por meio da Resolução nº 1.255, de 10 de dezembro de 2009. Por meio de tal resolução, ficou aprovada a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000, que trata da contabilidade para pequenas e médias empresas e que determina que tais entidades sigam as normas internacionais simplificadas a partir do exercício de 2010.

São várias as dificuldades enfrentadas pelas PMEs, e uma das principais é a restrição ao crédito (SANTOS; VEIGA, 2014; CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004; BAAS; SCHROOTEN, 2006; BID, 2014; BINKS e ENNEW, 1996; FRISCHTAK *et al.*, 2017; ALBU *et al.*, 2103; LEONE, 1999). Isso pode ocorrer devido à má qualidade da contabilidade dessas empresas e aos baixos incentivos para operar formalmente (ZAMBALDI *et al.*, 2011), ou ainda, em virtude da assimetria de informações (FRISCHTAK *et al.*, 2017; BINKS; ENNEW, 1996).

As demonstrações financeiras das PMEs apresentadas para a análise de eventuais empréstimos às instituições financeiras são usualmente consideradas de baixa qualidade, além da percepção de baixo nível de profissionalismo dos contadores das empresas deste porte (ALBU *et al.*, 2013). Isso se deve, principalmente, ao fato de que, para levantar informações confiáveis por empresas de tais portes, o processo custa extremamente caro, e por isso é tão raro de ocorrer (BAAS; SCHROOTEN, 2006).

Quanto às IFRS para PMEs, também existem vantagens e desvantagens em sua adoção, defendidas pela academia. Dentre as vantagens, destaca-se o aumento da comparabilidade das demonstrações financeiras, o que possibilita um maior acesso ao financiamento dessas empresas (UK ESSAYS, 2013) e, conseqüentemente, diminui o seu custo de capital (STOKDYK, 2010). Isso é especialmente importante para as PMEs, visto que o crédito é escasso para empresas de tal porte (ZAMBALDI *et al.*, 2011). Além disso, no caso de PMEs que são controladas por outras empresas, o processo de consolidação de suas informações seria simplificado, pois não precisariam passar por ajustes (STOKDYK, 2010). No entanto, dentre as desvantagens, destacam-se a complexidade das normas e o seu custo de implantação, em especial para as pequenas empresas (STOKDYK, 2010).

Riva e Salotti (2015) elaboraram um estudo que objetivava relacionar a adoção das normas internacionais pelas PMEs brasileiras com o seu custo de crédito bancário. Suas conclusões apontaram para uma pequena influência do novo padrão contábil com melhores condições de captação, mas tais resultados são muito incipientes, como eles mesmos destacam, visto que sua amostra (extremamente pequena - 115 empresas - considerando-se a população de PMEs brasileiras) relaciona-se ao período de 2009 a 2011, quando a norma estava ainda em implementação.

De acordo com Albu e Albu (2012), os principais benefícios da adoção das normas internacionais por PMEs em países de economias emergentes estão relacionados ao aumento da com-

parabilidade e qualidade das demonstrações contábeis; melhores condições de financiamento, devido à redução do custo de capital; oportunidades para a internacionalização de tais empresas; e separação da contabilidade para fins gerenciais da contabilidade para fins tributários. Os benefícios relacionados à adoção das IFRS para PMEs podem ser alcançados por qualquer jurisdição. No entanto, especificamente em relação aos países de economias emergentes, os autores destacam que, como os profissionais da contabilidade destes países desenvolveram suas competências por meio da aplicação da lei (sistema jurídico civil law), para que o país obtenha as vantagens decorrentes da aplicação das IFRS, são necessárias alterações na forma de praticar a contabilidade, que envolvem mudanças culturais, na mentalidade dos contadores, e em relação ao seu papel nas organizações. Um dos principais pontos de atenção que as normas de IFRS para as PMEs introduziram está relacionado ao fato de que, como a norma é baseada em princípios, há o risco de muitos profissionais de contabilidade, quando estiverem em dúvida, utilizarem a norma contábil que vigorava anteriormente em sua jurisdição, comumente mais taxativa que as IFRS.

São poucos os estudos que tratam da adoção das normas internacionais pelas PMEs brasileiras (RIVA; SALOTTI, 2015), apesar da grande representatividade destas na economia nacional: em 2015, havia apenas 359 empresas listadas na BM&FBOVESPA (WORLD FEDERATION OF EXCHANGES, 2015), sendo que o total de empresas em atuação no país totalizava, neste mesmo ano, 5.114.983 (IBGE, 2015). Tais números demonstram a relevância das PMEs, que têm papel fundamental sobre a economia brasileira, incluindo a arrecadação de tributos e a geração de empregos. Neste sentido, é crucial estudar e entender o processo de convergência às normas internacionais por empresas deste porte.

Meirelles (2012) elaborou um estudo sobre a convergência às normas internacionais pelas PMEs brasileiras, e destaca que este processo está ocorrendo de forma bastante lenta, pois o CFC, apesar de ser um órgão regulador, não tem como atribuição o poder de fiscalizar as empresas, o que não incentiva a sua adoção. Ele cita ainda que, como há divergências entre as exigências da norma internacional e as normas da SRF, a adoção das IFRS acarretaria custos elevados para as PMEs, que, desta forma, optavam por postergar a convergência e manter a contabilidade para fins fiscais apenas. Segundo o autor, grande parte das PMEs que optaram por aplicar o CPC para PMEs tiveram como motivação facilitar a captação de financiamentos, e não necessariamente o objetivo de melhorar a governança corporativa, estando ainda muito disseminada no Brasil a utilização da contabilidade pelas PMEs quase que exclusivamente para fins tributários.

As PMEs brasileiras ainda têm a visão de que a contabilidade tem como objetivo produzir informações úteis e importantes para atender aspectos tributários. É papel do profissional de contabilidade demonstrar, aos sócios dessas empresas, o quanto de informações importantes a contabilidade é capaz de proporcionar ao seu empreendimento e à sua capacidade de tomada de decisão, e que seu papel não é o de apenas seguir normas, mas, por meio do seu julgamento profissional, gerar informações úteis e de qualidade. Mas, para isto ser possível, o profissional da contabilidade deve ter conhecimento de conceitos novos, introduzidos pelas normas internacionais, tais como a mensuração pelo valor justo, conceito bastante subjetivo e complexo em relação

ao padrão contábil adotado no Brasil anteriormente, além da necessidade da utilização de julgamentos, tais como o da materialidade e da relação custo versus benefícios, não previstos antes da adoção das normas internacionais (SZUSTER, 2015).

3 Metodologia

O estudo classifica-se como descritivo e foi conduzido através de uma abordagem teórico-empírica, com a utilização de técnicas qualitativas associadas a técnicas quantitativas. A associação dos dois métodos permite que seja feita uma triangulação dos resultados, conforme descrito por Denzin e Lincoln (2005), como uma combinação de metodologias diferentes para analisar o mesmo fenômeno, garantindo um entendimento maior acerca do objeto investigado.

A etapa quantitativa desta pesquisa foi desenvolvida por meio da coleta e análise dos dados provenientes de um questionário com perguntas fechadas. Com base nas respostas ao questionário, foi feita uma análise de tendências com o objetivo de compreender o comportamento dos contadores brasileiros por meio de suas características. As impressões dos respondentes quanto ao processo de convergência às normas internacionais completas e ao processo de convergência às IFRS para PMEs foram coletadas por meio de duas questões abertas, de preenchimento facultativo, presentes no questionário.

A técnica utilizada para examinar o conteúdo das questões abertas do questionário foi a análise de conteúdo, técnica qualitativa que tem por objetivo analisar, por meio da classificação em categorias, os significados de um determinado documento. Isso ocorre por meio da técnica da análise categorial temática que, segundo Bardin (1977), é feita por meio da identificação de temas, formados por trechos das respostas que possuem significações passíveis de serem isoladas, e, posteriormente, pela formação de categorias temáticas, com base nos temas que possuem significados semelhantes.

4 Resultados

4.1. Análise quantitativa dos questionários

A amostra do estudo é do tipo não probabilística, selecionada por conveniência, levando em consideração a acessibilidade dos dados, visto que o link de acesso à pesquisa foi enviado a diversos contadores e técnicos em contabilidade brasileiros, por meio de e-mails, linkedin, facebook, além do auxílio de alguns CRCs, sindicatos e universidades. Como destaca Vieira (2009), a coleta de dados por meio eletrônico é restrita aos usuários de Internet, que não representam necessariamente a população pesquisada, que, no caso do presente estudo, são os profissionais de contabilidade brasileiros. A amostra inicial do estudo consiste em 1.841 respondentes. Destes, 142 questionários foram invalidados, por apresentarem inconsistências, como itens sem resposta, respondentes em duplicidade e informações insuficientes para o estudo. Assim, a amostra final válida do estudo é composta de 1.699 respondentes, com as características apresentadas na tabela 1.

Tabela 1: Características dos respondentes.

	Centro-oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total Geral	Total
Contador	105	95%	132	93%	36	90%	1.023	90%	255	94%	1.551	91%
Feminino	41	39%	49	37%	14	39%	384	38%	122	48%	610	39%
Masculino	64	61%	83	63%	22	61%	639	62%	133	52%	941	61%
Técnico em Contabilidade	6	5%	10	7%	4	10%	111	10%	17	6%	148	9%
Feminino	-	-	7	70%	2	50%	38	34%	7	41%	54	36%
Masculino	6	100%	3	30%	2	50%	73	66%	10	59%	94	64%
Total Geral	111	7%	142	8%	40	2%	1.134	67%	272	16%	1.699	100%

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Como se pode observar, a maioria dos respondentes é da região sudeste brasileira (67%), seguida pelos respondentes das regiões sul (16%), nordeste (8%), centro-oeste (7%) e, por último, a região norte (2%). Dentre as categorias profissionais, a maioria dos respondentes é contador (91%), assim como em todas as regiões geográficas. Os técnicos em contabilidade representam

Tabela 2: Visão sobre o processo de convergência às IFRS dos profissionais de contabilidade

Características	Respondentes	IFRS completas			IFRS para PMEs		
		Processo positivo	Processo negativo	Não respondeu	Processo positivo	Processo negativo	Não respondeu
Feminino	664	72%	4%	24%	58%	10%	32%
Masculino	1.035	84%	4%	12%	66%	14%	20%
Contador	1.551	81%	4%	15%	63%	12%	25%
Técnico	148	59%	7%	34%	55%	18%	28%
Centro-oeste	111	77%	4%	20%	61%	13%	26%
Nordeste	142	82%	5%	13%	63%	15%	22%
Norte	40	70%	8%	23%	53%	18%	30%
Sudeste	1.134	81%	3%	16%	63%	11%	26%
Sul	272	73%	7%	20%	63%	15%	22%
Total	1.699	79%	4%	17%	62%	13%	25%

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Quanto ao processo de convergência às IFRS completas, os respondentes do gênero masculino (84%) e os contadores (81%) foram os que mais perceberam de forma positiva a convergência, enquanto as respondentes do gênero feminino (72%) e os técnicos em contabilidade (59%) foram os que menos perceberam de forma positiva. Os respondentes das regiões sudeste (81%) e nordeste (82%) foram os que mais perceberam de forma positiva a convergência, e os respondentes das regiões norte (70%) e sul

apenas 9% do total de respondentes. Do total de respondentes, a maioria é do gênero masculino (61%).

Em relação ao processo de convergência às IFRS completas e às IFRS para PMEs, é possível verificar que a maioria dos respondentes, independentemente de suas características de gênero e de tipo de profissional, consideram-no positivo, conforme se pode observar na tabela 2.

(73%), os que menos perceberam de forma positiva.

Em relação ao processo de convergência às IFRS para PMEs, a percepção positiva foi menor do que a da convergência às IFRS completas, mas ainda assim foi considerado positivo pela maioria dos respondentes (62%), independentemente das características. Da mesma forma que nas IFRS completas, os respondentes do gênero masculino (66%) e os contadores (63%) os que mais perceberam de forma positiva a convergência, e os respondentes técnicos em contabilidade (55%) e as respondentes

do gênero feminino (58%) os que menos perceberam de forma positiva. Os respondentes das regiões nordeste, sul e sudeste (63% em cada uma das regiões) os que mais perceberam de forma positiva a convergência, e os respondentes da região norte (53%) os que menos perceberam de forma positiva.

Dentre as consequências percebidas pelos respondentes decorrentes da convergência às normas internacionais, é possível verificar que, para a maioria dos respondentes, a principal é falta de profissionais no mercado com conhecimentos sobre as nor-

mas internacionais, conforme se pode observar na tabela 3. No caso da região centro-oeste, por uma pequena diferença, a principal consequência percebida foi o aumento da comparabilidade entre as empresas. Já em relação à consequência menos percebida entre os respondentes, observa-se que os respondentes perceberam pouca diminuição do custo de capital das empresas após a convergência (em todas as regiões geográficas, essa foi a consequência menos percebida), em desacordo com uma das principais vantagens defendidas pela literatura e pelas organiza-

Tabela 3: Tipos de consequências das IFRS percebidas pelos profissionais de contabilidade por região geográfica.

Consequências percebidas na prática	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Falta de profissionais no mercado com conhecimento	78%	84%	80%	80%	79%	80%
Maior comparabilidade entre as empresas	79%	75%	66%	73%	69%	73%
Maior qualidade das informações	77%	72%	73%	72%	68%	72%
Maior confiabilidade das informações	68%	69%	71%	66%	58%	65%
Investimento maior em treinamento	55%	70%	66%	65%	61%	64%
Aumento nos custos para contratação de consultorias	57%	68%	56%	64%	59%	63%
Valorização da profissão	55%	54%	51%	64%	50%	60%
Informações mais tempestivas	65%	60%	54%	58%	58%	59%
Custo elevado para modificação dos sistemas contábeis	45%	61%	49%	53%	53%	53%
Custos elevados com treinamento	47%	59%	51%	53%	48%	53%
O conceito de valor justo é de difícil compreensão e cálculo	48%	49%	44%	49%	55%	50%
O uso de julgamento profissional permite maior manipulação das informações	34%	49%	32%	37%	37%	38%
Maiores distorções entre as informações das empresas	27%	40%	29%	29%	31%	30%
Redução do custo de capital	22%	28%	17%	18%	17%	19%

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

4.2. Análise qualitativa dos questionários

As questões abertas do questionário objetivavam averiguar a opinião dos respondentes sobre o processo de convergência às IFRS completas e às IFRS para PMEs. Verificou-se que, dos 1.699 respondentes válidos, 573 haviam respondido à seguinte questão: “no espaço abaixo deixe suas impressões sobre o processo de convergência às normas internacionais (texto livre)”. Destas, 44 respostas foram desconsideradas por não apresentarem textos consistentes ou coerentes. Desta forma, foram consideradas 529 respostas a esta pergunta. Já em relação à segunda pergunta, que era “no espaço abaixo deixe suas impressões sobre a adoção das IFRS para Pequenas e Médias Empresas

(PMEs) brasileiras (texto livre)”, verificou-se que dos 1.699 respondentes válidos, 499 haviam respondido à questão. Destas, 69 respostas foram desconsideradas por não apresentarem textos consistentes ou coerentes. Desta forma, foram consideradas 430 respostas a esta pergunta.

4.2.1 Percepção sobre o processo de convergência às IFRS completas

Primeiramente avaliaram-se as respostas em relação ao processo de convergência às IFRS completas, conforme evidenciado na tabela 4. A análise foi feita buscando-se segregar os respondentes que consideram o processo de convergência positivo daqueles

Tabela 4: Tópicos abordados em relação ao processo de convergência às IFRS completas.

Tópico	Número de citações	Processo positivo	Processo negativo	Não respondeu
Harmonização global da contabilidade	115	109	1	5
Despreparo dos profissionais	70	61	5	4
Ainda está em processo de convergência	64	49	4	11
Inevitável / necessária	60	47	-	3
Aumento da comparabilidade	58	55	2	1
Necessidade de mudança cultural	56	42	9	5
Diferenças fiscal x societário	50	44	4	2
Desenvolvimento profissional	47	45	-	2
Valorização profissional	45	43	-	2
Desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro	36	35	-	1
Despreparo da academia e dos CRCs	35	28	4	3
Custo elevado	33	25	5	3
Aumento governança - transparência	32	32	-	-
Representa melhor o valor econômico	30	29	1	-
Qualidade da informação	29	29	-	-
Há desinformação por parte dos empresários	28	22	4	2
Efeitos apenas nas grandes e S.A.	27	20	1	6
Importante	25	24	-	1
Processo complexo	23	17	3	3
Ferramenta de gestão	20	18	-	2
Segurança da informação	19	19	-	-
Normas trouxeram subjetividade	17	13	2	2
Processo normal	11	10	-	1
Adoção independe de porte	9	9	-	-

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

que consideram negativo ou dos que não responderam.

Nesta primeira avaliação, observou-se que o termo mais recorrente foi a possibilidade de “harmonização global da contabilidade”. Os respondentes afirmam que adotar as normas internacionais foi uma consequência do mercado globalizado e que elas possibilitam uma comparabilidade mundial. Em segundo lugar, o tópico mais recorrente refere-se ao “despreparo dos profissionais” de contabilidade. A percepção de grande parte dos respondentes é de que os profissionais não estavam preparados e que não houve treinamento suficiente para a convergência. Em seguida, empatados, surgiram os tópicos “desenvolvimento profissional” e que “ainda está em processo de convergência”. No primeiro tópico, na opinião dos respondentes,

as normas internacionais possibilitam a tais profissionais evoluírem e se desenvolverem em diversos assuntos. Quanto ao segundo tópico (“ainda está em processo de convergência”), segundo os respondentes, o processo ainda está ocorrendo, ou seja, não houve ainda a convergência plena brasileira às normas internacionais.

4.2.2 Percepção sobre o processo de convergência às IFRS para PMEs

Já em relação à percepção da convergência às IFRS para PMEs, foi possível verificar que o termo recorrente das respostas foi o fato de que há muita desinformação por parte dos empresários de PMEs, conforme evidenciado na tabela 5.

Tabela 5: Tópicos abordados em relação ao processo de convergência às IFRS para PMEs

Tópico	Número de citações	Processo positivo	Processo negativo	Não respondeu
Desinformação por parte dos empresários	77	49	21	7
Custos elevados	61	28	29	4
Pouco utilizadas na prática	55	39	5	11
Despreparo dos profissionais	47	32	8	7
Adoção independente de porte	43	42	-	1
Ferramenta de gestão	41	37	3	1
Inevitável / necessária	40	39	1	-
Processo complexo	38	22	13	3
Crescimento da empresa	33	33	-	-
Desnecessário	28	7	18	3
Despreparo da academia e dos CRCs	26	18	8	-
Usam apenas para atender ao fisco	25	13	7	5
Harmonização global da contabilidade	23	23	-	-
Comparabilidade	22	20	1	1
Qualidade da informação	21	21	-	-
Necessária mudança de cultura dos profissionais e dos empresários	21	15	5	1
Valorização profissional	16	16	-	-
Importante	15	15	-	-
Aumento governança - transparência	14	14	-	-
Representa melhor o valor econômico	13	12	1	-
Fiscal x societário	10	9	1	-
Segurança da informação	9	9	-	-
Processo inviável	9	3	6	-
Desenvolvimento profissional	7	7	-	-
Processo normal	7	6	-	1
Normas trouxeram subjetividade	5	3	1	1

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

O tópico mais recorrente na análise das respostas em relação às IFRS para PMEs foi a questão da “desinformação por parte dos empresários”, que não entendem o real valor da contabilidade e não veem as normas internacionais como positivas no sentido de gerar informações úteis para a tomada de decisão. O segundo tópico mais abordado pelos respondentes em relação ao processo de convergência pelas PMEs foi o “custo elevado”, ou seja, as normas internacionais trouxeram custos para sua implementação elevados de acordo com os respondentes, em decorrência de adaptações de controles, aquisição de softwares

ou treinamento de pessoal.

5 Conclusões

Neste estudo tem-se como objetivo a análise das consequências práticas decorrentes da convergência às normas internacionais de contabilidade brasileira de acordo com a percepção dos profissionais de contabilidade. Para cumprir este objetivo, usou-se de análise quantitativa de 1.699 questionários além da análise de conteúdo classificando os comentários em categorias de consequências percebidas.

De acordo com a pesquisa quantitativa, o processo de con-

vergência às normas internacionais foi considerado positivo pela maioria dos respondentes, independentemente da região geográfica. O processo de convergência às IFRS para PMEs também foi considerado positivo pela maioria, mas menos positivo do que a convergência às IFRS completas. Os respondentes do gênero masculino e os contadores perceberam de forma mais positiva o processo do que os respondentes do gênero feminino e os técnicos em contabilidade.

A principal consequência na prática percebida em decorrência do processo de convergência é falta de profissionais no mercado com conhecimentos sobre as IFRS. Além disso, foi também percebido um aumento na confiabilidade, comparabilidade e qualidade das informações. A consequência menos percebida na prática foi a redução do custo de capital. Tais resultados estão em linha com os obtidos por Albu et al (2013), que afirmam que a aplicação das IFRS não traz consequências semelhantes para todos os países e os benefícios esperados devem ser analisados diferentemente dependendo do desenvolvimento de cada país: espera-se uma redução do custo de capital nos países de economias mais desenvolvidas, ao passo que se espera um aumento da transparência para os países com economias emergentes. Foi também constatado um aumento da qualidade da informação após a convergência, o que está em desacordo com o estudo de Braga (2016), que verificou que para países com sistema jurídico codificado, como é o caso brasileiro, houve uma queda na qualidade da informação contábil após a adoção das

normas internacionais.

Pela análise de conteúdo foi possível verificar que as consequências na prática percebidas pelos profissionais de contabilidade brasileiros foi diferente para as IFRS completas e para as IFRS para PMEs: enquanto para as completas os principais tópicos abordados referem-se à harmonização global da contabilidade, ao despreparo dos profissionais e ao fato de que a convergência ainda encontra-se em andamento, para as PMEs os principais tópicos apontados foram a desinformação dos empresários, os custos elevados e a pouca utilização das normas na prática pelas empresas de tais portes.

Sugere-se como pesquisa futura a realização de uma análise semelhante buscando aumentar a amostra ou ainda, realizando entrevistas em profundidade com profissionais de cada uma das regiões, objetivando verificar a existência de diferenças não passíveis de serem mensuradas com a aplicação de questionários.

Como comentários finais, é importante destacar que o processo de convergência às IFRS, cujo objetivo do IASB é o de promover um padrão único global, permitindo a comparabilidade de todas as empresas, ainda é um processo incipiente e custoso, mas é louvável, visto que o mundo globalizado requer uma contabilidade contemporânea e de linguagem universal. Por isso, é fundamental o processo de convergência e, conseqüentemente, é necessária a mudança cultural dos profissionais de contabilidade para que o processo traga todos os benefícios que a teoria e a academia prevê.

Referências

- AHMED, K.; NEEL, M.; WANG, D. *Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? Preliminary evidence*. Contemporary Accounting Research, v. 30, n. 4, p. 1344-1372, abr. 2013.
- ALBU, C. N.; ALBU, N.; PALI-PISTA, S. F.; GIRBINA, M. M.; SELIMOGLU, S. K.; KOVACS, D. M.; LUKACS, J.; MOHL, G.; MULLEROVA, L.; PASEKOVA, M. ARSOY, A. P.; SIPAHI, B.; STROUHAL, J. *Implementation of IFRS for SMEs in Emerging Economies: Stakeholder Perceptions in the Czech Republic, Hungary, Romania and Turkey*. Journal of International Financial Management & Accounting, v. 24, n. 2, p. 140-175, 2013.
- ALBU, N.; ALBU, C. N. *Strategies for and Implications of the IFRS for SMEs Implementation in Emerging Economies*. Comptabilités et innovations, mai., 2012, Grenoble, France. pp.cd-rom, 2012. Disponível em: < <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00936564/document>>. Acesso em: 24 jul. 2017.
- ARMSTRONG, C. S.; BARTH M.E.; JAGOLINZER, A. D.; RIEDL, E. J. *Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe*. Harvard Business School, Working Paper 09-032, set. 2008.
- ASHBAUGH, H.; PINCUS, M. *Domestic Accounting Standards, International Accounting Standards, and the Predictability of Earnings*. Journal of Accounting Research, v. 39 n. 3, dez. 2001.
- BAAS, T.; SCHROOTEN, M. *Relationship Banking and SMEs: A Theoretical Analysis*. Small Business Economics, v. 27, p. 127-137, 2006.
- BALL, R. *International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and cons for investors*. Accounting & Business Research, v. 36, p. 5-27, 2006.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). *Uma análise comparativa das abordagens do BID no apoio às pequenas e médias empresas (PMEs): analisando resultados no setor industrial brasileiro*. Washington, DC, out. 2014. Disponível em: < https://publications.iadb.org/handle/11319/6683?locale-attribute=pt&scope=123456789/1&thumbnail=true&rpp=5&page=8&group_by=none&etal=0>. Acesso em: 24 jul. 2017.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BINKS, M. R.; ENNEW, C. T. *Growing firms and the credit constraint*. Small Business Economics, v. 8, n. 1, pp. 17-25, 1996.
- BOSCOV, C. P. *Mudanças organizacionais observadas durante o processo de implementação dos pronunciamentos do CPC baseados nas IFRS*. 2013. 219 p. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BRAGA, J. P. *Efeitos da Adoção das IFRS sobre a Qualidade das Demonstrações Financeiras: A relevância dos fatores institucionais*. Anais do 16º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2016. Disponível em: < <http://www.congressusp.fipecafi.org/anais/artigos162016/312.pdf> >. Acesso em: 17 mar. 2017.
- CAMERAN, M.; CAMPA, D.; PETTINICCHIO, A. *IFRS Adoption Among Private Companies: Impact on Earnings Quality*. Journal of

Accounting, Auditing & Finance, v. 29, n. 3, p. 278–305, 2014.

CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 242-262, set./dez. 2011.

CARVALHO, C.; ABRAMOVAY, R. *O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro*. In Santos, C. A.; et al. *Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. 2ª edição, p. 17-45. Brasília: Sebrae, 2004.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of Qualitative Research*: 3ª edição. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DUARTE, A. M. P.; SAUR-AMARAL, I.; AZEVEDO, G. M. C. *IFRS Adoption and Accounting Quality: A Review*. *Journal of Business & Economic Policy*, v. 2, n. 2, jun. 2015.

EUROPEAN COMMISSION. *Summary Report of the Responses Received to the Commission's Consultation on the International Financial Reporting Standard for Small and Medium-Sized Entities*. European Commission, maio, 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/ifrs/2010-05-31_ifrs_sme_consultation_summary_en.pdf>. Acesso em: 16 jul., 2018.

FRISCHTAK, C.; PAZARBASIOGLU, C. BYSKOV, S.; PEREZ, A. H.; CARNEIRO, I. A. *Towards a more effective BNDES*. The World Bank, jun., 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/306511499659990217/pdf/117304-REVISED-PUBLIC-WB-BNDES-June-2017-post-DM.pdf>>. Acesso em: 29 mar., 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2015. *Cadastro Central de Empresas - CEMPRE*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cempre/quadros/brasil/2015>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

International Accounting Standards Board (IASB). *Analysis of the IFRS jurisdiction profiles*. 2018. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/#analysis>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Id. *Basis for Conclusions on IFRS for small and medium-sized Entities*. 2009. Londres.

LEONE, N. *As especificidades das pequenas e médias empresas*. *Revista de Administração*, São Paulo, v.34, n.2, p. 91-94, abr./jun. 1999.

LIMA, J. B. N. *A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil*. 2010. 236 p. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIN, S.; RICCARDI, W. WANG, C. *Does accounting quality change following a switch from U.S. GAAP to IFRS? Evidence from Germany*. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 31, n. 6, p. 641-657, nov./dez. 2012.

LOURENÇO, I. M. E. C.; BRANCO, M. E. M. A. D. C. *Principais consequências da adoção das IFRS: Análise da literatura existente e sugestões para investigação futura*. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 26, n. 68, p. 126-139, 2015.

MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; MENDONÇA, P. H. C. *Impacto da Convergência às Normas Contábeis Internacionais no Brasil Sobre o Conteúdo Informacional da Contabilidade*. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 7, n. 3, p. 222-239, jul./set. 2013.

MEIRELLES, G. *Adoção do padrão IFRS anda a passos lentos entre PMEs*. *Valor Econômico*: 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2886918/adocao-do-padrao-ifrs-anda-passos-lentos-entre-pmes>>. Acesso em: 21 maio, 2014.

RIVA, E. D.; SALOTTI, B. M. *Adoption of the International Accounting Standard by Small and Medium-Sized Entities and its Effects on Credit Granting*. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 304-316, set./dez. 2015.

ROTBURG, B. *Culture and IFRS – The effect of culture on IFRS implementation and financial reporting quality*. 2016. 65 f. Dissertação. (Mestrado em Accounting and Control) – Radboud University, Nijmegen, 2016. Disponível em: <http://theses.uibn.ru.nl/bitstream/handle/123456789/3572/Thesis_BenteRotburg.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SANTOS, F. A.; VEIGA, W. E. *Contabilidade: com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2014. 212 p.

SILVA, R. L. M. *Adoção Completa das IFRS no Brasil: Qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio*. 2013. 217 p. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, R. L. M.; NARDI, P. C. C. *A Adoção Completa das IFRS no Brasil Reduz o Custo de Capital Próprio?* Congresso Anpcont, Rio de Janeiro, ago. 2014. Disponível em: <http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/viii/images/343_39c94.pdf?20150429114417>. Acesso em: 26 jul. 2017.

SOUSA, E. F.; SOUSA, A. F.; DEMONIER, G. B. *Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no Conservadorismo Contábil*. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 10, n. 2, p. 136-147, abr./jun. 2016.

STOKDYK, J. *EU uncovers resistance to IFRS for SMEs*. 2010. Disponível em: <http://www.accountingweb.co.uk/topic/financial-reporting/eu-uncovers-resistance-ifrs-smes/429509>. Acesso em: 1 out. 2017.

SZUSTER, N. *Temos do que nos orgulhar na Contabilidade brasileira*. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 26, n. 68, p. 121-125, 2015.

UK ESSAYS. *The Advantages And Disadvantages of IFRS for Smes Accounting Essay*. Novembro, 2013. Disponível em: <<https://www.ukessays.com/essays/accounting/the-advantages-and-disadvantages-of-ifrs-for-smes-accounting-essay.php?cref=1>>. Acesso em: 1 out. 2017.

VIEIRA, R. B. *Impactos da implantação parcial das IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto*. 2010. 70 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

VIEIRA, S. *Como elaborar questionários*. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2009. xi, 159 p.

WORLD FEDERATION OF EXCHANGES. *Annual Statistics Guide*. 2015. Disponível em: <<https://www.world-exchanges.org/home/index.php/statistics/annual-statistics>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

ZAMBALDI, F.; ARANHA, F.; LOPES, H.; POLITI, R. *Credit granting to small firms: a Brazilian case*. *Journal of Business Research*, v. 64, n. 3, p. 309-315, mar. 2011.